



Ivana Parrela

## Da gestão à difusão, avançar é preciso

A experiência acumulada pelo APM ao longo de 120 anos permite inferir pela necessidade imperiosa da implantação de uma moderna gestão de documentos, assim como da realização de novos recolhimentos e do aperfeiçoamento de seus instrumentos de pesquisa.

> Pesquisas que desenvolvi sobre a história institucional do Arquivo Público Mineiro (APM), de sua criação até 1937 – apresentadas sob a forma de livro e de tese de doutoramento em História<sup>1</sup> –, demonstraram que seus recolhimentos iniciais podem ser identificados como “selvagens”, para usarmos uma feliz expressão de Heloísa Bellotto.<sup>2</sup> Sob o risco da perda iminente, em um contexto raro de mudança da capital para uma nova cidade planejada para ser sede administrativa do Estado, o criador do Arquivo lançou mão de toda sua influência política para fazer grandes recolhimentos.

Ao tempo da escrita da tese, vivíamos outro momento de mudança drástica, quando a sede da administração estadual se transferia para os limites de Belo Horizonte. Infelizmente, nesse contexto, não foi possível “salvar” vários quilômetros de documentos acumulados – em alguns casos, desde os anos 1940 – nas dezenas de Secretarias que compõem a administração estadual contemporânea. Boa parte desses acervos teve sua guarda terceirizada, sem que antes houvessem sido submetidos a um efetivo tratamento arquivístico. Ao pensar nisso, achamos que, no momento de uma comemoração que abre espaço para reflexões analíticas – como a que a *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)* pretende fazer ao dedicar um número especial aos 120 anos da instituição –, temos de tocar neste ponto. Essa abordagem é necessária não só para compreendermos as escolhas e os limites de sua ação institucional, mas também para comemorar os inegáveis avanços experimentados pelo APM, assim como refletirmos sobre as perspectivas de crescimento do acervo e a expansão de seus serviços ao público.

Recordemos que a partir dos anos 1990 um dos investimentos do Arquivo foi na criação de uma Diretoria de Gestão de Documentos – iniciativa que formalizou a implantação de ferramentas de gestão mais eficazes – e da tabela de temporalidade, assim como a implantação de planos de classificação ou orientação ao servidor

público.<sup>3</sup> Essa iniciativa significou também o que consideramos uma adesão formal da instituição à “Teoria das Três Idades” e a realização de efetivos investimentos para o respeito ao ciclo de vida dos documentos.

Ao discutir os princípios da Arquivística, Heloísa Bellotto nos lembra que a Teoria das Três Idades,

[...] sistematizada pelos norte-americanos nos anos 1970 do século XX, é um ponto de chegada natural dos estudos arquivísticos que, desde o século XIX, tentavam estabelecer uma ponte entre a documentação de gestão e a destinada a ser preservada para fins de pesquisa. A Teoria das Três Idades é a sistematização do ciclo de vida dos documentos de arquivo.<sup>4</sup>

De que modo o APM, assim como outros arquivos públicos, vem implementando essa teoria? Essa é uma questão fundamental em qualquer discussão sobre a constituição de arquivos permanentes e a análise de seu crescimento. De sua resposta depende o respeito à organicidade dos documentos, isto é, “a observância do fluxo natural e orgânico com que foram produzidos, e não propriamente dos detalhes ordenatórios de seu primeiro arquivamento”.<sup>5</sup>

Tal indagação só poderá ser compreendida se conhecermos como tem sido feita a gestão de documentos arquivísticos no APM, a partir dos anos 1990. Habitualmente, temos duas opções a considerar: a primeira nos leva a entender que os serviços de gestão são compreendidos como responsabilidade dos produtores dos acervos e geridos por eles (com a subordinação dos órgãos responsáveis pela gestão a algum outro órgão da administração central, ou, diretamente, às instâncias superiores de Estado); e a segunda que tal responsabilidade é atribuída aos arquivos permanentes – em função da necessidade desses de garantir recolhimentos sistemáticos.



Biblioteca do APM. Autor desconhecido, 08/1976. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-7-009(15).

Rosely Rondinelli, em sua obra *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*, recorre a Ana Celeste Indolfo e à equipe técnica do Arquivo Nacional para apresentar, em contexto de emergência, o conceito de gestão de documentos, no âmbito do movimento de racionalização dessa atividade, ocorrido no período pós-Segunda Guerra, e destacá-lo como um dos principais marcos históricos da Arquivologia. Esses autores definem o conceito como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente, intermediária, visando eliminação ou

recolhimento para guarda permanente”.<sup>6</sup> A definição é quase a mesma dada pela Lei de Arquivos Brasileira, ou Lei nº 8.159/91, em seu art. 3º.

Essa definição é retomada aqui por considerarmos que ela nos dá pistas para a compreensão mais abrangente da gestão de documentos, que difere da concepção originalmente proposta pelos teóricos do pós-guerra. No Brasil, mais especificamente no caso mineiro – que abordamos aqui –, prevalece o entendimento sobre a gestão de documentos como o conjunto de ações integradas e capitaneadas pelo arquivo permanente. Contudo, inúmeros teóricos da Arquivologia contestam tal conceito. A existência de um serviço de gestão de documentos dentro de uma Superintendência de arquivo permanente – que se encontra diretamente subordinada à Secretaria de Cultura – resulta em uma prática como a que se observa no APM. Por outro lado, deve-se considerar a insuficiência e/ou a qualificação do pessoal como problemas que justificam tal escolha. Como dar conta das demandas arquivísticas de Secretarias e órgãos da administração indireta com apenas três ou quatro funcionários? Seria suficiente apenas a oferta das ferramentas de gestão para sua efetiva implantação? São perguntas que inquietam todos os envolvidos no processo de gestão de documentos na administração pública de Minas Gerais.

### Implementação de políticas

Implementar políticas públicas que tenham referência nos conceitos da moderna Arquivologia significa disseminar entre os servidores do Estado – produtores e acumuladores de documentos – a compreensão de que as responsabilidades são de todos aqueles que lidam com os acervos documentais, desde a sua concepção até o seu recolhimento, para guarda permanente ou expurgo. A preservação dos acervos – para mencionar apenas uma das responsabilidades intrínsecas a esse

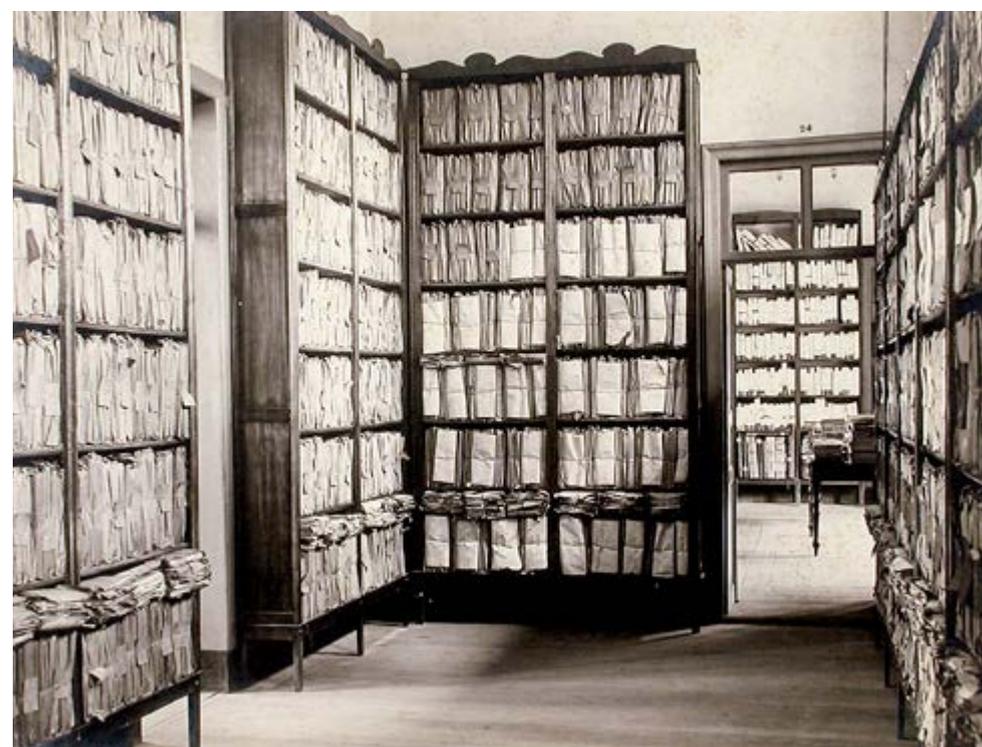


Diploma do Grande Prêmio conferido ao Arquivo Público Mineiro na Exposição Internacional do Centenário da Independência, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro (RJ). 1922. Reprodução. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-6.2.

processo – não pode ser entendida apenas como o conjunto de medidas paliativas a serem tomadas quando os documentos já se encontram em fase de guarda permanente. Cabe aqui também uma pergunta crucial: como alcançar esse consenso a partir de um lugar pouco privilegiado na estrutura administrativa do Estado, como o que ocupam os órgãos gestores da cultura?<sup>7</sup>

No entanto, se falamos anteriormente de grandes massas documentais acumuladas nas Secretarias de Estado, precisamos mencionar o investimento da equipe

técnica do APM para implantar a gestão de documentos nos órgãos estaduais mineiros. Há um esforço hercúleo para salvar acervos acumulados por décadas das ofertas para a terceirização da guarda, sem nenhum tratamento arquivístico e, portanto, sem a garantia de recuperação. Considerem-se também, no campo problemático, as soluções oferecidas por empresas de tecnologia da informação que, por ignorância ou má-fé, muitas vezes, propuseram soluções mágicas para o gerenciamento de documentos sem considerar seu valor arquivístico, a ser estabelecido pelo processo de avaliação.



Área de guarda de acervo - Seção Estadual. Belo Horizonte (MG). Autor desconhecido, 11/1922. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-3-001(04). Abaixo: Área de guarda de acervo - Seção Ensino Primário. Belo Horizonte (MG). Autor desconhecido, 11/1922. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-3-001(05).



Área de guarda de acervo do APM, Belo Horizonte (MG). Foto: Pedro de Brito Soares, 20/07/1997. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-11-013(09).

Mas, afinal, o que tem tudo isso a ver com o histórico dos recolhimentos do Arquivo Público Mineiro – um dos temas propostos para este texto em seu título? É claro para todo arquivista que os acervos só crescem à medida que seu recolhimento é feito, formalmente, por meio das ferramentas preconizadas pela gestão de documentos. No entanto, não é claro para os historiadores e demais pesquisadores de arquivos por que o acervo não cresce. E, muitas vezes, nós, arquivistas, não explicamos bem as razões desse fato aos principais interessados. Então, que instrumentos usar para fazer isso? Essa questão torna-se essencial a partir deste ponto do texto.

Optamos por alinhar com essa discussão inicial alguns pontos que consideramos fundamentais para compreender os recolhimentos do APM: as fórmulas de descrição documental adotadas nos instrumentos de pesquisa – guias ou inventários – como caminho para explicitar seus recolhimentos ou a ausência deles. Escolhemos privilegiar, especialmente, os guias – que são os instrumentos mais generalistas – e a primeira apresentação da instituição e do acervo aos pesquisadores, em detrimento de outras possibilidades, como analisar o Sistema Integrado de Acesso do APM (SIAAPM). Importa-nos aqui especular como nós, arquivistas e historiadores de arquivo, damos a conhecer o nosso trabalho aos pesquisadores em geral.

Ao fazermos tal escolha, pudemos perceber que, ao longo das várias edições do instrumento de pesquisa – guias ou inventários –, é possível perceber o progressivo refinamento do arranjo,<sup>8</sup> mas que não é acompanhado por um ingresso massivo de novos acervos. Sabemos que qualquer instrumento de pesquisa deve ambicionar ser um elo entre o que o pesquisador deseja encontrar e os acervos que sobreviveram para contar a história. Essa ferramenta é tão mais importante na medida em que os documentos que melhor explicariam atividades desempenhadas pelo Estado tenham se perdido ou

foram descartados em processos de seleção. Quando temos implantada a gestão de documentos, torna-se mais fácil explicar por que se optou por eliminar um documento e qual a tipologia documental pode oferecer a informação que se busca.

Mas como explicar o descaso de tantos anos para com os acervos relativos às atividades de um ente público? Para nós, servidores públicos, é como confessar um crime contra o patrimônio praticado por nossos antecessores. Movidos talvez por um sentimento de cumplicidade, muitos de nós deixamos de incluir – como determinam as normas de descrição arquivística – as marcas do descaso em nossos instrumentos de pesquisa. Como admitir que Secretarias de Estado, por exemplo, a de Interior, a de Viação ou a de Obras Públicas, com funções tão abrangentes, tenham seus acervos totalmente recolhidos a um arquivo somente muitos anos após seu desmembramento em vários outros órgãos? Para muitos de nós, isso ainda é um problema. Ao partirmos do último *Guia de Fundos e Coleções* do APM, de 2006, para orientar as nossas análises da constituição do acervo, podemos notar que, talvez, essa percepção que atribuí aqui a um “nós”, arquivistas e servidores públicos, também deve ter atingido ao longo de décadas os técnicos do APM.

A situação descrita acima é tão recorrente que vem sendo combatida por meio de uma verdadeira cruzada levada a efeito, desde a década de 1990, por instituições como o Conselho Internacional de Arquivos e o Conselho Nacional de Arquivos do Brasil. A partir desses esforços é que surgiram a *International Standard Archival Description (General)*, ou Isad(G),<sup>9</sup> e, pouco depois, sua versão brasileira: a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade)*.<sup>10</sup> Mais do que apenas discutir quais seriam os campos essenciais para que um instrumento de pesquisa possa assumir a missão de promover intercâmbios nacionais ou internacionais, impõem-se nas páginas do Isad(G) e da

Nobrade questões como necessidade de planificação da descrição, primazia do mais geral – o guia de fundos – sobre o mais específico – como os inventários e os catálogos –, entre outros aspectos da atividade arquivística. Para dar conta de harmonizar descrições e definir o que seria o essencial, o marco teórico dos trabalhos é a relação hierárquica que já era preconizada em manuais de descrição.<sup>11</sup> Essa metodologia passa a ser apresentada como uma descrição multinível, a qual permite, desse modo, o respeito aos princípios da proveniência e da organicidade.

### A experiência do APM

Levando-se em conta tais aspectos do debate sobre a descrição arquivística nos anos 2000, optamos por abordar os recolhimentos de acervos do Arquivo Público Mineiro guiados por uma leitura de seu último *Guia de Fundos e Coleções*. Não nos esquecendo de que tal instrumento foi criado paralelamente ao processo de tradução e disseminação das normas internacionais e de construção da Nobrade. Por isso, sempre que analisarmos um campo descritivo, levaremos em conta o que preconizava a norma Isad(G), publicada em 2001. Uma alternativa de análise que usaremos para entender como o APM dá a conhecer os fundos que recolhe consiste em procurar analisar alguns textos publicados na **RAPM** no período posterior à publicação do referido *Guia*. Nós nos deteremos em campos que tratam do conteúdo dos documentos, de sua inserção histórico/biográfica, de seu arranjo e de notas.

O *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro*,<sup>12</sup> publicado em 2006, que teve seu histórico dos fundos e coleções escrito por Ana Maria de Souza e Marina Mesquita Camisasca, só pelo volume – um total de 166 páginas – já demonstra a intenção de maior refinamento da descrição, em comparação com seu antecessor, que era um guia geral da instituição,<sup>13</sup> de 1993, com apenas

35 páginas. Ana Maria de Souza, técnica das mais experientes do Arquivo Público Mineiro, também havia participado do trabalho anterior. Devemos, no entanto, observar que na década de 1990 o APM mantinha uma parceria com o curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e o texto daquele momento é bastante influenciado pelo olhar e interesse histórico de seu parceiro. No texto do *Guia de Fundos e Coleções* de 2006 é possível perceber maior preocupação da equipe em difundir o acervo do APM sob nova perspectiva, que enfatiza o trabalho arquivístico.

Na apresentação geral do trabalho, o superintendente do APM alerta para as finalidades do instrumento de pesquisa: “O caráter desta publicação não é meramente informativo, mas também didático, uma vez que a mesma instrui, orienta e auxilia o consulente durante seu processo de pesquisa”.<sup>14</sup> Na apresentação da estrutura do Arquivo Público Mineiro e de suas funções já aparece a referência direta ao compromisso da Diretoria de Arquivos Permanentes em obedecer aos padrões técnicos internacionais e à norma Isad(G). No capítulo “Acervo”, o *Guia* de 2006 também inova ao nos oferecer números sobre cada conjunto documental. Na época ele continha aproximadamente um quilômetro e meio de documentos textuais e cerca de 65.000 documentos em outros suportes: fotografias, filmes ou mapas. Também é quantificado o acervo da biblioteca do APM: 10.500 títulos, sendo 2.000 obras raras. O *Guia* estrutura-se em três partes, de acordo com a origem dos documentos: fundos de origem pública, fundos de origem privada ou coleções. Interessa-nos aqui o primeiro grupo.

### Dois guias e uma revista

Pouco antes do lançamento do *Guia* que tomamos com referência, a instituição havia retomado, em 2005, a publicação da **Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)**. Em sua nova fase, a revista tem se organizado



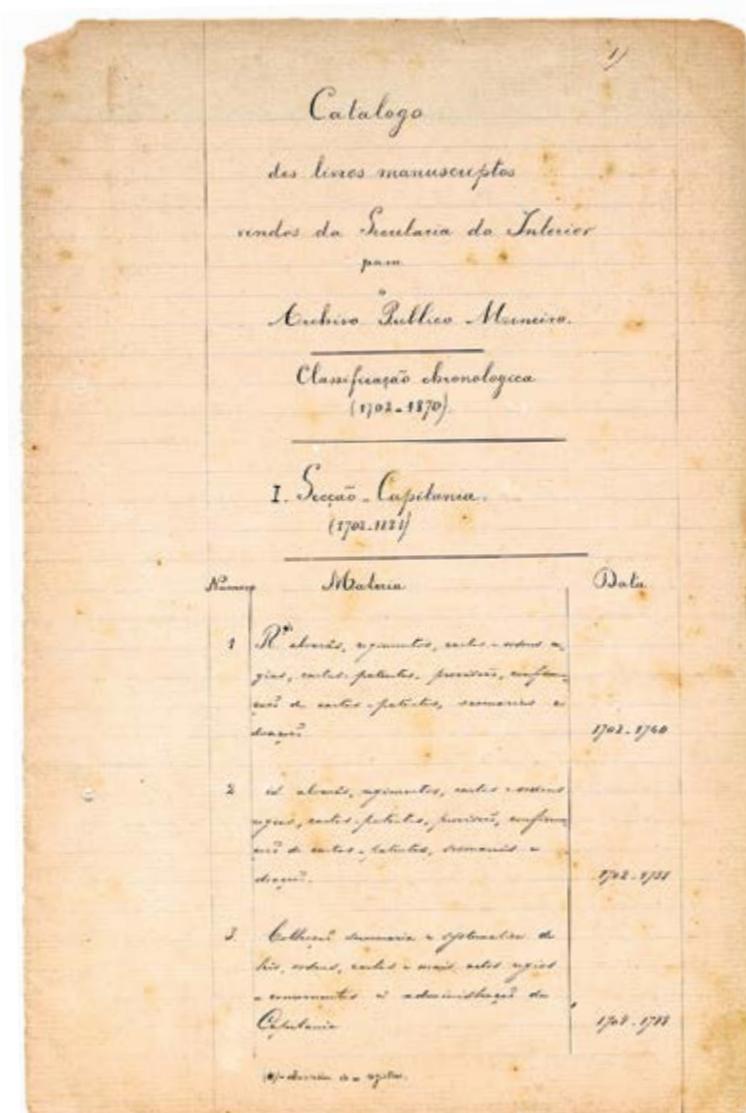
Área de guarda do acervo do APM. Belo Horizonte (MG).  
Foto: Daniel Mansur, 2006. Acervo Arquivo Público Mineiro.

em dossiês temáticos, que se estruturam em função da difusão de seu acervo e de novos tratamentos dados a alguns fundos ou coleções. Esse conteúdo é enriquecido por entrevistas, seções regulares dedicadas à Arquivologia, à bibliografia sobre Minas Gerais e a resenhas de textos antigos.

Nas páginas seguintes, vamos discutir alguns exemplos, pinçados dessa nova fase da **RAPM**, para analisar como tem sido apresentado o histórico dos recolhimentos no *Guia* de 2006 e como esses acervos recolhidos são tratados nas páginas da revista em artigos, editoriais e/ou textos de apresentação de dossiês e, ainda, em análises históricas ou arquivísticas. Além disso, sempre

que possível, traçaremos comparações com a edição anterior do *Guia* do APM, de 1993.

A primeira edição da fase atual da **RAPM**, em 2005, dedicou-se ao novo tratamento dado ao acervo da *Coleção Casa dos Contos*.<sup>15</sup> No *Guia* de 1993, a Casa dos Contos era tratada como “Fundo: Delegacia Fiscal” e “Fundo: Arquivo Casa dos Contos”. O texto que apresentava o fundo Delegacia Fiscal destaca que esse acervo – composto por 5.059 códices – se encontra dividido, situando-se uma parte no Arquivo Nacional e outra parte no APM. Em seguida, o texto apresenta ao pesquisador um breve histórico de seu recolhimento.



Catálogo dos livros manuscritos da Seção Capitania (1702-1870) enviados pela Secretaria do Interior ao Arquivo Público Mineiro. 1908. Reprodução. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-3.2.

Mod. 5  
n.º 1

**CÓPIA** SECRETARIA DO INTERIOR

Relação de documentos encadernados, remetidos ao Arquivo Público Mineiro, em 20 de Janeiro de 1913.

Ordem	Quantidade	Assumpto	Anos
1	1	Papeis findos da 3a Seção	1869/84
2	1	idem idem 2a " "	1869/90
3	1	idem idem 1a " "	1871/78
4	1	Avisos do Ministério de Justiça, Fazenda e Estrangeiros	1871
5	1	idem idem do Imperio, Agricultura e Guerra	1871
11	6	Portarias da Provincia	1871
12	1	Registatura	1871
13	1	Justiça, Janeiro e abril	1871
14	1	idem maio e dezembro	1871
15	1	Instrução Publica primeiro semestre	1871
16	1	idem idem segundo semestre	1871
17	1	Obras Publicas, primeiro trimestre	1871
18	1	idem idem segundo trimestre	1871
19	1	idem idem terceiro trimestre	1871
20	1	idem idem quarto trimestre	1871
21	1	Guarda Nacional Janeiro a abril	1871
22	1	idem idem maio a dezembro	1871
23	1	Corpo Policial Janeiro a maio	1871
24	1	idem idem Junho a setembro	1871
25	1	idem idem outubro a dezembro	1871
26	1	Polícia Janeiro a abril	1871
27	1	idem maio a agosto	1871
28	1	idem setembro a dezembro	1871
29	1	Furta Publica	1871
30	1	Fazenda Provincial	1871
31	1	Eleições	1871
32	1	Fazenda geral, correios, terras diamentinas, secretaria, terras e catechesas	1871
33	1	Recrutamento e saúde publica	1871
34	1	Comercio e Industria	1871
35	1	Tresas e ecclesiasticas	1871

Relação de documentos encadernados da Secretaria do Interior remetidos ao Arquivo Público Mineiro. 20/01/1913. Reprodução. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-4.2.

O acervo sob a guarda do APM deu entrada nesta Instituição no final do século XIX. O nome Delegacia Fiscal veio do último órgão da administração federal antes do recolhimento. Este acervo é referente ao período de 1700 a 1853 (Capitania – Província) e compreende dois conjuntos distintos. O primeiro conjunto consta de 826 códices e recebeu o dígito 1 (um). O segundo é formado por 246 códices com o dígito 2 (dois), o qual antes de ser

microfilmado, era denominado de “Avulsos da Delegacia Fiscal”. A propósito, em 1990 este conjunto foi inteiramente revisto, dando origem a novo inventário à disposição no APM [...].<sup>16</sup>

Outro aspecto destacado sobre o primeiro fundo no *Guia* de 1993<sup>17</sup> é que, após citar os inventários existentes e o trabalho de microfilmagem desenvolvido, informava ao usuário que tanto os instrumentos de pesquisa como

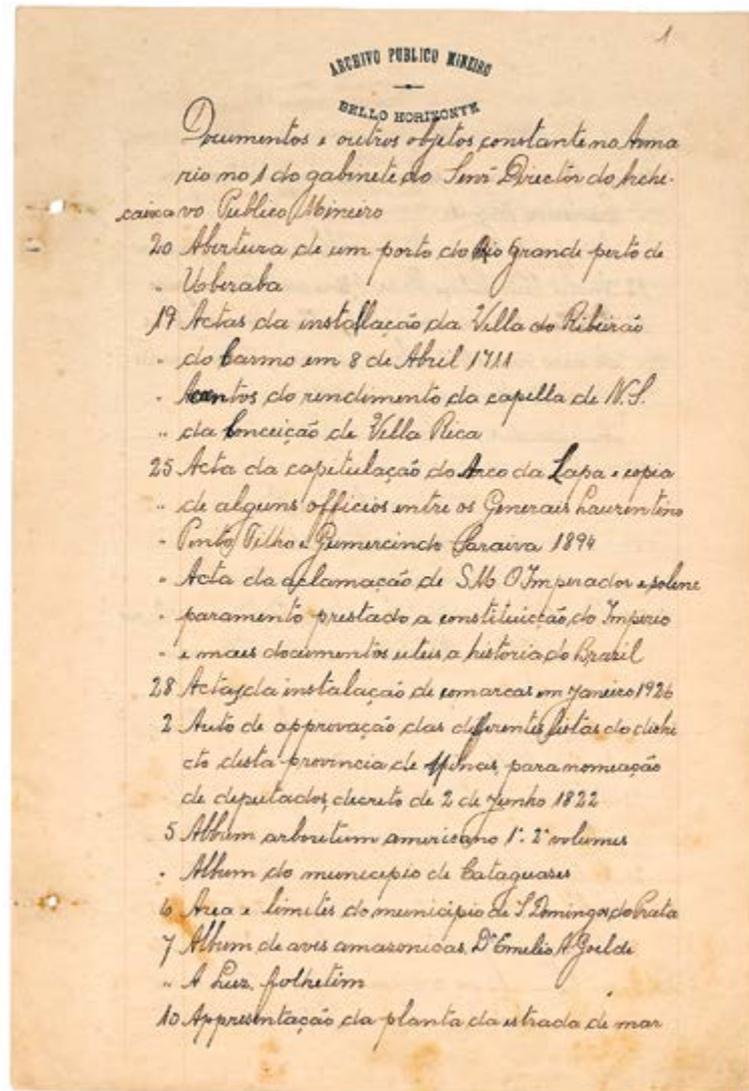
os microfilmes feitos poderiam ser acessados no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Museu do Ministério da Fazenda; e em Ouro Preto, no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro.

Ao tratar do “Fundo: Arquivo Casa dos Contos”, o guia mais antigo descreve-o sucintamente:

Este acervo é fundamentalmente de caráter fiscal e compreende um número de 18.700

documentos, abrangendo o período da Capitania e parte da Província. O acervo do APM constitui uma parte do “Arquivo Casa dos Contos”, estando o restante desta documentação sob a guarda do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Microfilmada.<sup>18</sup>

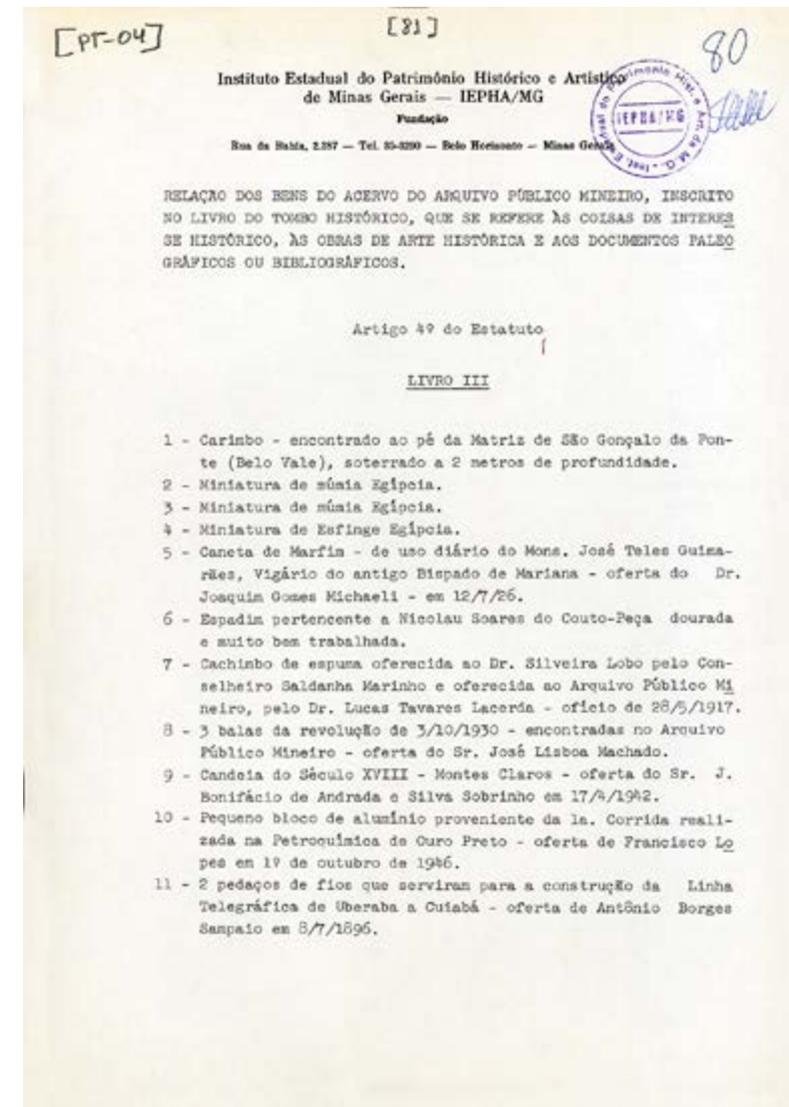
Escapa às apresentações o critério que norteou a separação dos dois conjuntos, bem como o que permitiu classificá-los ora como fundo, ora como coleção.



Listagem de documentos e objetos que se encontravam no armário do diretor do Arquivo Público Mineiro. 13/02/1926. Reprodução. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-7.3.

Essa omissão deixa no usuário a impressão de que o simples fato de os documentos serem encadernados ou avulsos é que distingue os dois conjuntos documentais. Também não há justificativa para a separação dos acervos entre instituições de duas cidades. O que pode parecer óbvio para um pesquisador experiente talvez escape à perspicácia de um iniciante. Dados sobre o funcionamento da administração seriam elucidativos para quaisquer pesquisadores, se estivessem contemplados nesse ponto do texto.

O *Guia* de 2006 agrupa em seu sumário a Casa dos Contos entre os fundos de origem pública e, ao apresentá-lo, usa as mesmas datas-limite citadas acima e nomeia o produtor como “Casa dos Contos”. No item “Histórico/Biografia”, apresenta um histórico do órgão fiscal que gerou o acervo e explica por que esse é chamado de “Casa dos Contos”. Ao tratar do seu “conteúdo”, elenca as tipologias documentais que o compõem e destaca também a existência de uma “documentação pessoal de contratadores e livros da Superintendência e da

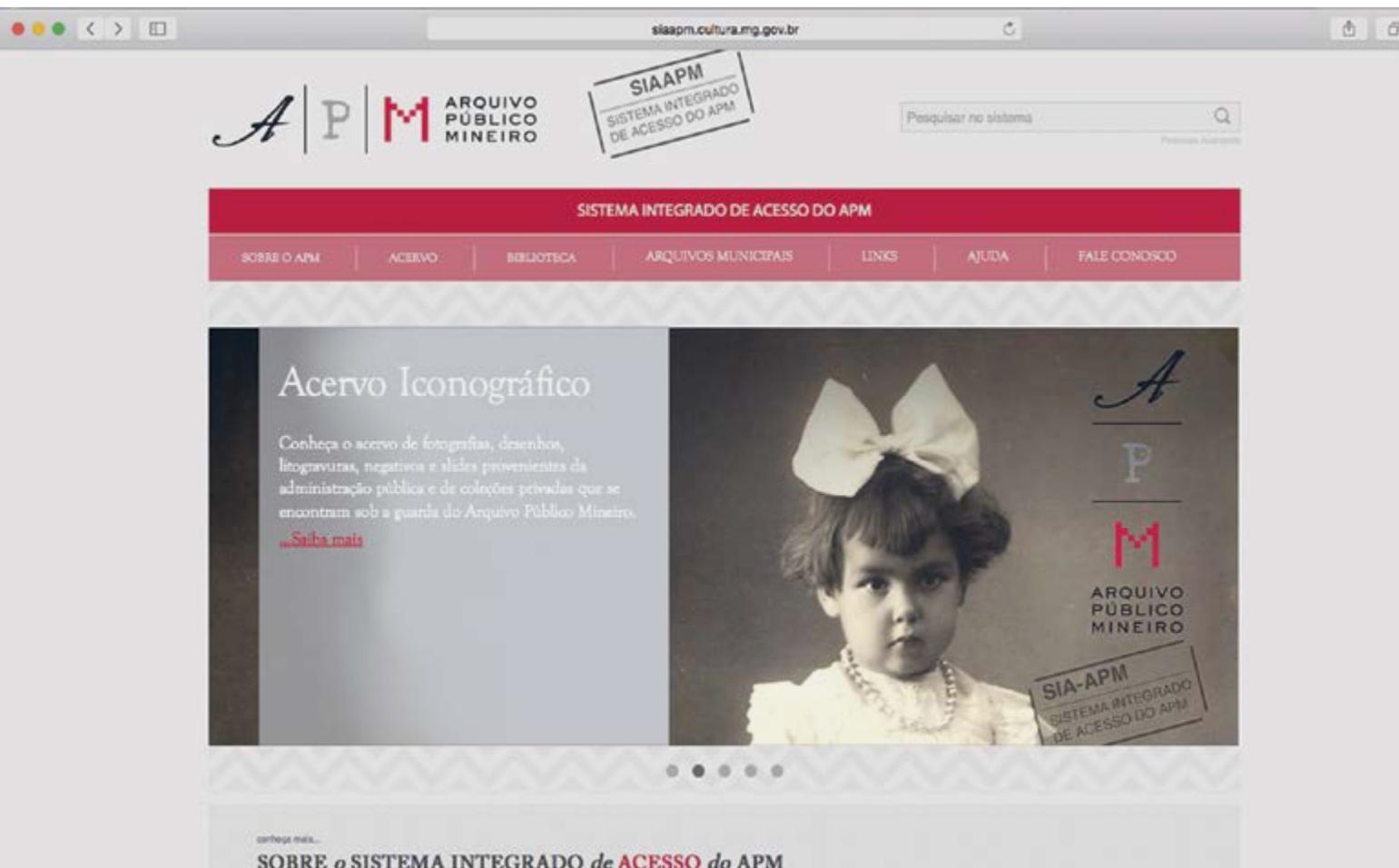


Relação de bens anexada ao processo de tombamento estadual do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte (MG), 1974. Reprodução. Acervo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). PT-004.

Guardamoria de Terras e Águas Minerais”. Ao tratar do “sistema de arranjo”, informa que “os documentos não encadernados foram microfilmados sem um arranjo prévio, e sua organização se deu de acordo com o microfilme: número da planilha, rolo e fotograma. Os documentos encadernados compreendem dois conjuntos: o primeiro composto pelos volumes 1001 a 1817 e o segundo, pelos volumes 2001 a 2305”.<sup>19</sup> Da mesma forma que no *Guia* anterior, persiste a falta de detalhamento sobre as ações de unificação intelectual dos conjuntos por meio de sua

descrição e os motivos que determinaram a separação do acervo entre as cidades já mencionadas.

O novo modelo descritivo oferece uma legislação básica substancial ao pesquisador, subdividida em “Portuguesa”, “Brasileira” e “Mineira”. Somente no campo “Notas” – que, segundo a Isad(G), cabe às notas arquivísticas –, a equipe avança ao explicar que a documentação encadernada foi recolhida pelo APM no final do século XIX, proveniente da Delegacia



Captura de tela do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro:  
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.

Fiscal, órgão que deu nome ao fundo. E esclarece que este só teve sua nomenclatura alterada na década de 1990, passando então a intitular-se “Casa dos Contos”. Além disso, informa onde se encontra a documentação complementar ao fundo – ou seja, no Rio de Janeiro e em Ouro Preto –, já que apenas 20% do total do acervo sobre o órgão “Delegacia Fiscal” está sob a custódia do APM. O texto finda com a informação de que se encontrava em andamento um projeto cooperativo para a unificação, em meio digital, de toda a documentação da Casa dos Contos.

No entanto, se nos voltarmos para a *RAPM XLI*, de 2005, nessa mesma edição veremos que o texto do

organizador do dossiê, Caio C. Boschi, e os dos autores de quatro dos cinco artigos<sup>20</sup> que compõem a parte da **RAPM** dedicada à Casa dos Contos elucidam vários dos pontos citados acima como lacunas e que, apesar disso, persistiriam no *Guia* de 2006. Os textos publicados também nos dão notícia sobre o andamento do projeto *Coleção Casa dos Contos: preservação e acesso*, que desde 2003 era coordenado por Boschi, com recursos externos ao APM. Esse trabalho teria como resultado a publicação do *Inventário Analítico* dos cerca dos 5.500 livros-códices que abrangem a totalidade do acervo de “encadernados” da dita coleção e a dos investimentos realizados para a descrição da parte do acervo guardada no Rio de Janeiro.

Esses exemplos demonstram o potencial da **Revista do Arquivo Público Mineiro**, por meio dos autores convidados, em cada edição, para elucidar alguns aspectos básicos sobre os acervos aqui destacados, assim como de outros, com informações fundamentais para a compreensão de sua constituição e arranjo. Essa experiência também realça a necessidade de articular os trabalhos de pesquisa levados a efeito pelos técnicos da Diretoria de Arquivos Permanentes com o trabalho de pesquisadores feito a partir de seu acervo – seja em sua Sala de Consultas, seja por meio do SIAAPM. Assim também os arquivistas do APM devem estar atentos a outras contribuições veiculadas nas páginas de sua prestigiosa revista.

#### Caminho dos diamantes

Outro ótimo exemplo que vem reforçar nossa argumentação pode ser encontrado nas formas de apresentação dos acervos relativos à exploração dos diamantes em Minas Gerais no século XIX e início do XX. No *Guia de Fundos e Coleções* do APM de 2006,<sup>21</sup> temos uma apresentação da Delegacia dos Terrenos Diamantinos com datas-limite entre 1853 e 1933. No item “Histórico/Biografia”, um texto sucinto e esclarecedor elucida a ação dos poderes da Província e do Estado na administração dessa riqueza. Nos campos seguintes, sucedem-se os dados sobre o conjunto, com destaque para o levantamento da legislação, a indicação das dimensões do acervo e a citação de seu inventário específico. No item “Consultar também”, são indicados outros inventários sobre a administração provincial e a Secretaria de Administração na República. Contudo, nenhuma menção é feita ao riquíssimo acervo que o APM possui sobre o período colonial e o caráter específico da exploração dessa riqueza, se comparada à exploração aurífera – temas que também poderiam ser destacados em nota arquivística.

Entre os exemplos relevantes para o melhor entendimento da dinâmica do APM, podemos destacar a ação do padre Júlio Engracia de Assis, indicado pelo então diretor do órgão, Xavier da Veiga, como correspondente do órgão, em 1896.<sup>22</sup> Coube a esse colaborador agregar importantes subsídios para a compreensão da mineração de diamantes durante o período colonial. Na primeira correspondência a Xavier da Veiga, em 6 de agosto de 1896,<sup>23</sup> o sacerdote agradece a sua nomeação como correspondente e envia “um mapa feito em 1814 digno de consideração por suas curiosidades arqueológicas”. O correspondente informa também possuir um “grande arquivo de todos os papéis relativos à mineração no Estado”. Em seu nome encontram-se longas listas de documentos, como consta das páginas do *Livro destinado ao registro do APM*.<sup>24</sup> Entre essas preciosidades, uma carta de José Vieira Couto<sup>25</sup> de 1821 ao coronel José Ferreira Rocha, sobre a reforma da administração dos diamantes; uma *Breve notícia sobre estabelecimentos diamantinos do serro do Frio*, por Manuel Caetano de Almeida Albuquerque<sup>26</sup> (1825); a *Defesa contra injustas acusações e reposição de pequenos serviços feitos à administração geral dos diamantes*, etc. pelo intendente do Distrito Diamantino, desembargador Caetano Ferros Pinto (1827); e diversos documentos sobre outros temas. Constam ainda do mesmo *Livro destinado ao registro do APM*, “diversos livros [não especificados], além de folhetos e folhas avulsas do antigo manuscrito concernentes aos variados serviços da guardamoria nos tempos coloniais”.

No contexto do acervo da Casa dos Contos, destacamos o texto *Desvendando as riquezas na terra dos diamantes*, do historiador Ângelo Carrara, que trata do acervo da antiga Intendência dos Diamantes entre 1733-1764.<sup>27</sup> Poderíamos citar vários outros estudos sobre o tema, mas acreditamos que, tanto neste exemplo como no anterior, a possibilidade vislumbrada é a mesma: destacar por meio de pesquisas já

Memoria do Municipio  
de  
Lavras (1)

MUNICIPIO DE LAVRAS  
Limites

O municipio de Lavras limita pelo norte com os districtos de Cana Verde, do municipio de Campo Bello, Sant'Anna do Jacaré, do da Oliveira, e Santo Antonio do Amparo, do de Bom Sucesso; a léste, com os districtos de Bom Sucesso, municipio de igual nome, Ibituruna e Nazareth, de S. João d'El-Rei, e Carrancas, do municipio do Turvo; ao sul, com os districtos da Encruzilhada e de S. Thomé da Letras, municipio de Bependy, Rio Verde, municipio do mesmo nome, e Carmo da Cachoeira, Varginha; a oeste, com os districtos de Tres Pontas, municipio de igual denominação, Espirito-Santo dos Coqueiros, de Dolores da Boa Esperança, e Mendes, de Campo Bello. Conforme se vê, confina este municipio com quatorze districtos, pertencentes a dez municipios do nosso Estado.

Creação do municipio

Foi creado o municipio pelo decreto de 13 de outubro de 1831, o qual elevou á villa a freguezia de Lavras, então pertencente ao termo de S. João d'El-Rei. O mesmo decreto creou para a nova villa uma Camara Municipal, dois juizes ordinarios e um de orphans. Em 3 de março de 1832 foram expedidas as instruções do Conselho da Provincia para a execução do referido decreto, e a 31 de agosto do mesmo anno o ouvidor geral e corregedor da comarca do Rio das Mortes lavrou edital fazendo constar o "levantamento" da villa no dia 1.º de setembro, o que effectivamente se deu, como consta do auto que em seguida reproduzimos do original:

Auto de Levantamento e Criação da Villa de Lavras do Funil.

Anno do Nascimento do nosso Senhor Jesus Christo de mil Oito Centos e trinta e dois O Decimo Primeiro da Independencia e do Imperio no Primeiro Dia do mez de Setembro do dito Anno nesta Povoação de Lavras Minas e Comarca do Rio das Mortes aonde foi vindo O Doutor Antonio Joaquim Fortes Bastamante Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca com Alçada no Cível comigo Escrivão do seu Cargo, para o fim de Criar e origir em Villa esta mesma Povoação denominada Santa Anna de Lavras do Funil, na Conformidade do Decreto de treze do Outubro do Anno proximo preterito do mil Oito Centos e trinta e hum, e Instruções do Excellentissimo Conselho do Governo do tres de março do Corrente Anno neste Livro Registrado a folhas duas e Sequentibus ahy em Casas, que Serve interinamente para as reçoens da Camara Municipal, estando a mesma prezente e grande Parte dos Cidadãos do Termo, e Povoação. Ouve O dito Ministro por Criada e erigida em Villa a referida Povoação com a denominação de Lavras do Funil comprehendendo em seu termo a Freguezia do

mesmo Nome e a das Dolores do Pantano, dividindo com os Termos das Villas de S. José, e S. João de El Rey pelo Rio Grande ahy a Barra do Capivari e por este ahy a Freguezia de Carrancas; e Mandou, que em Signal de Jurisdicção Se levantasse O Pelourinho com as Insignias Competentes o qual foi effectivamente levantado no Largo da Matriz, fronteiro ao beco, que desse a Foste com todas as Solinidades do Estillo em proença de grande Parte dos Cidadãos desta Villa, que em Signal e demonstração de Contentamento, e Alegria Repetirio frequentes Vozes os Vivas Nacionais—A nossa Santa Religião Catholica e Apostolica Romana—A Constituição do Imperio—A Assemblia Goral Legislativa—A sua Magestade O Imperador Constitucional O Senhor Dom Pedro Sogundo, e a Regencia do Imperio, e para taao Constar Mandou O dito Ministro lavrar este Auto em que Se assigna O dito Ministro, Camara, e mais Cidadãos presentes depois de lhes Ser lido por mim Francisco Joaquim de Araujo Penna da Silva Escrivão da Ouvidoria que O Escrevi.

Antonio Joaquim Fortes Bastamante—Creador—José Antonio Diniz Junqueira—Presidente da Camara—Belchior do Pontes Rago e Figueiredo, Thomaz de Aquino Alves de Azevedo, Antonio Simoens de Souza, Antonio Gonçalves da Mezquita, Manoel Custodio Netto, Francisco José Teixeira e Souza, José Fernandes Penna, Francisco d'Assis Braziel, Antonio Dias de Gouveia, O Padre José Pereira Goulart, O Padre André Martins Ferrelra, João Evangelista de Araujo, Martinho Dias de Gouveia, Antonio de Padua da Silva Leite, Antonio Pinto de Miranda, José da Costa Ribeiro, Antonio Fernandes de Oliveira, Francisco de Paula Alves de Azevedo, Silvestre Alves de Azevedo, Pedro Alves de Andrade, Francisco Alves Duarte, Antonio José Alves Villa Real, Francisco José Fernandes Pinheiro, João de Deus do Nascimento, João Baptista Passos, Francisco de Assis Peixoto Pina, Felizardo Antonio Alves, Domingos Custodio Netto, José Bernardes da Silva, José Ferreira Godinho, Balthazar do Pontes de Fonseca, Manoel Felix da Costa.

Primeira Camara

Em 14 de agosto de 1832 instalou-se a primeira Camara deste municipio, sendo esta a respectiva acta:

Acta da Instalação da Camara Municipal da nova Villa de Lavras

Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e trinta, e dois, undecimo da Independencia, e do Imperio do Brazil aos quatorze dias do mez de Agosto do dito anno nesta Villa de Lavras Comarca do Rio das Mortes Provincia de Minas Geraes, em Casas do Cidadão Brasileiro Francisco José Teixeira e Souza por elle gratuitamente offerecidas para as reuniões da Camara Municipal enquanto esta não possuir Casa propria, reunirão-se José Antonio Diniz Junqueira Presidente Eleito da nova Camara desta referida Villa por haver falecido Francisco José da Silva que seria, o Reverendo Vigario desta Freguesia Francisco de Paula Diniz, e os Vereadores Francisco José Teixeira e Souza, o Sargento Mor Thomaz de Aquino Alves de Azevedo chamando a substituir o Capitam Mór José Fernandes Penna envirtude de escusa por elle apresentada o qual sendo cunhado do referido Azevedo tinha preferencia por mais

(1) Esta memoria veio inserta no 9.º 12 do O Republicano, do 1.º de Janeiro de 1901. Transcrevem-se aqui como complementos das outras chronographicas publicadas a 588 da Revista do Archivo. Anno II - Tomo III e IV.

Matéria que subsidiou o artigo "Memória histórica do município de Lavras", publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, em 01/01/1901. Reprodução. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-3.2.

existentes ou com documentos do próprio Fundo APM as possibilidades de pesquisa que o usuário pode vislumbrar ao acessar um instrumento de pesquisa tão rico em remissivas.

Este texto não poderia se encerrar sem que fosse abordado o trabalho de maior envergadura do APM nos últimos anos. Trata-se justamente da relação entre a gestão de documentos e os recolhimentos realizados ou a realizar. Merece destaque o projeto *Memória da Administração do Estado de Minas Gerais: organização, preservação e acesso ao acervo documental (1889-1945)*, que também tem sido discutido na **RAPM**. Desde 2005, a instituição formulou um programa, subdividido em três etapas financiadas pela Fapemig e em uma quarta etapa parcialmente desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O programa conta, também, com o apoio da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e tem como objetivo garantir o acesso àqueles fundos que já se encontravam sob a guarda do Arquivo e submetidos a tratamento arquivístico.

Em texto publicado na **RAPM** de 2013, Christiane L. Fonseca da Costa e Thiago V. Vitral, jovens técnicos da instituição, discorrem sobre a organização dos acervos produzidos pelas Secretarias de Estado durante o período de formação e consolidação da República em Minas Gerais. A documentação havia sido recolhida ao APM, provavelmente, nos anos 1970, mas até então não oferecia as mínimas condições de acesso. A imprecisão da data de recolhimento é justificada por aqueles anos.

Vitral e Costa,<sup>28</sup> ao citarem os procedimentos adotados no tratamento do acervo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, ressaltam que no fundo "há um arranjo específico para a documentação encadernada e outro

para a não encadernada", como se fossem dois fundos. Hoje, nos instrumentos disponíveis na intranet do Arquivo, tal engano já foi sanado e, segundo consultas à equipe, em breve será corrigido no material disponível na internet.

Em seguida, ao tratarem da metodologia de organização dos acervos como um todo, destacam:

É necessário registrar que outro aspecto foi considerado: o fato de que parte expressiva de séries desses fundos já havia recebido tratamento arquivístico e já é acessada na sala de referência do Arquivo Público Mineiro, ou por meio de instrumento digital de pesquisa. Esse registro é importante porque justifica a adoção de séries que foram definidas no contexto de equipes que antecederam a esta e que se guiaram pela perspectiva do uso historiográfico que os documentos oferecem.<sup>29</sup>

Os técnicos destacam o enorme trabalho de pesquisa que as equipes envolvidas nas várias etapas do programa desempenharam para a construção dos inventários desses fundos, que oferecem: histórico do fundo, conteúdo, data-limite, dimensão, sistema de arranjo, legislação e notas, em obediência às normas arquivísticas.

Após analisar os resultados obtidos por meio do SIAAPM, só podemos considerá-los excelentes. Mas permanece um incômodo: não seria o momento de romper com a tradição de manter os arranjos que levam em conta se o documento foi encadernado ou não? Por que não agrupá-los em tabelas de equivalência e assim valorizar o tratamento arquivístico moderno, dado a um fundo aberto – que ainda crescerá muito, tendo em vista os inúmeros casos trabalhados por meio do programa? Por que nos mantermos agarrados a essa tradição? Os servidores públicos que encadernaram

esses documentos, ainda em suas repartições de origem, muitas vezes o fizeram como medida de preservação, e não guiados pelo critério de ordenamento de suas atividades. Nesse ponto, a sensação que se tem é de que pesa sobre os arquivistas contemporâneos uma rotina de 120 anos.

É importante lembrar que incorporar os novos procedimentos ao arranjo e aos instrumentos de pesquisa não é trair as ações fundadoras da instituição. Novamente, cabe destacar que as notas do arquivista seriam o lugar por excelência para criar um elo entre os trabalhos de arranjo e a pesquisa arquivística das equipes atuais e das equipes capitaneadas outrora por homens como Teophilo Feu de Carvalho, por exemplo. Esse autor, que devotou boa parte de suas pesquisas à história administrativa, é referência obrigatória para arquivistas e pesquisadores por meio de obras como *Comarcas e termos* e diversos outros trabalhos desenvolvidos ao longo de sua trajetória no APM.

### Considerações finais

Vale aqui retomar um ponto-chave para pensarmos os próximos cem anos do APM. Ao investirmos no registro sistemático sobre como se deram os recolhimentos dos acervos sob a custódia de um arquivo público, por meio da gestão de documentos, criamos mecanismos para valorizar essa documentação. Isso pode se dar por meio do trabalho arquivístico, levado a efeito pelos próprios técnicos da instituição, que necessitam conhecer as pesquisas históricas que suscitam e subsidiam a construção dos instrumentos de pesquisa. De outro lado, os pesquisadores que recorrem a esse arquivo precisam conhecer a trajetória da produção dos documentos e suas finalidades, a partir do momento em que fazem suas demandas à Sala de Referência ou à Sala de Consultas da instituição arquivística.

Marta E. M. Neves, ao apresentar na **RAPM** os resultados do projeto *Memória da Administração*, sintetiza a importância do trabalho: “a história administrativa pode ser tomada como um campo do conhecimento capaz de mediar o diálogo que deve ser mantido entre os pesquisadores que afluem às instituições arquivísticas e os profissionais que possuem vínculos com a instituição”.<sup>30</sup> A afirmação de Neves – uma das “pratas da casa” do APM, com quem tenho a honra de conviver e aprender na universidade – corrobora o que discutimos aqui. Temos certeza de que as críticas e sugestões apresentadas neste trabalho podem encontrar ressonância nas atividades do Arquivo Público Mineiro. Uma de nossas mais caras esperanças é ver se multiplicarem os investimentos da instituição em gestão de documentos. A outra é ver tornarem-se realidade os votos de vida longa ao APM, garantida por seus recolhimentos.

**RESUMO** | Este artigo analisa as relações fundamentais entre a política de gestão de documentos do Arquivo Público Mineiro, os recolhimentos gerados a partir da implantação dessa ferramenta metodológica e a chegada desses acervos à Sala de Referência do APM, por meio dos instrumentos de pesquisa, especialmente os guias de fundos e as coleções.

**ABSTRACT** | This article analyzes the basic relations between the records management policy of the Minas Gerais Public Archives, the records generated through the establishment of this methodological tool, and the arrival of the archives and collections in the Reference Room of the APM, through finding aids, especially fund guides and collections.

### Notas

1. PARRELA, Ivana. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da Pátria Mineira – 1895-1937*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. PARRELA, I. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional*: Arquivo Público Mineiro 1895-1937. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012. (Coleção Olhares.)

2. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

3. Para conhecer os trabalhos da equipe de gestão do APM nessa época, conferir o trabalho de Emília Cruz, *Manual de gestão de documentos*, que nos oferece um ótimo panorama dos referenciais teórico-metodológicos do grupo; e a *Tabela de Temporalidade e Manual de Redação Oficial*, ambos publicados em 2007. Cf. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Manual de Redação Oficial*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Tabela de temporalidade e Destinação de documentos de arquivo para as atividades mantenedoras da administração pública do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997. CRUZ, Emília Barreto. *Manual de gestão de documentos*. Belo Horizonte: APM/Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2007.

4. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística*: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002. p. 25-26.

5. Cito aqui BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 131, quando trata da controversa questão do princípio da “santidade” da ordem dos documentos.

6. INDOLFO, Ana Celeste *et al.* *Gestão de documentos*: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 14. Optamos por citar os trabalhos da equipe do Arquivo Nacional por ter sido esse debate anterior à criação da Lei 8.159/91, que subsidiou as ações do APM. *Apud* RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*: uma abordagem teórica da diplomática contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 41. Grifo nosso.

7. Para mais discussões sobre o lugar, ou o não lugar dos Arquivos nas políticas culturais, cf.: GONÇALVES, Janice. Os arquivos no Brasil e sua proteção jurídico-legal. *Registro* [Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba], Indaiatuba-SP, n. 1, p. 28-43, jul. 2002. Disponível em: <[http://www.pppgh.udesc.br/images/stories/2002jg\\_arquivosbrasilprotecaojuridical.pdf](http://www.pppgh.udesc.br/images/stories/2002jg_arquivosbrasilprotecaojuridical.pdf)>. Acesso em: 15/01/2015.

8. Arranjo “se refere a operações intelectuais envolvidas na organização de documentos correntes e permanentes com base no princípio da proveniência, de modo a refletir a estrutura administrativa e/ou as funções do órgão gerador desses documentos”, cf. WALNE, Peter (Ed). *Dictionary on archival terminology*. 2 ed. rev. München, 1998, p. 23. *Apud* RONDINELLI. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*, p. 40.

9. BRASIL. Conselho Internacional de Arquivos. *Norma geral internacional de descrição arquivística*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <[www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad\\_g\\_2001.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf)>. Acesso em: 15/01/2015.

10. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* – Nobrade. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <[www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf)>. Acesso em: 15/01/2015.

11. Bons exemplos podem ser encontrados nos trabalhos de Michael Cook, que também foi uma figura-chave nesse debate. Cf.: COOK, M.; GRANT, K. C. *A Manual of Archival Description*. Liverpool: University Archives, University of Liverpool, 1985.

12. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM/Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2006.

13. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM/Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 1993.

14. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Renato Pinto Venancio. *Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro*, p. 9.

15. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, n. 2, jul.-dez. 2005, p. 6.

16. BOSCHI, C. C. Um repertório de fontes históricas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, n. 2, p. 18-21, jul.-dez. 2005. p. 12.

17. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia do Arquivo Público Mineiro*, p. 13.

18. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia do Arquivo Público Mineiro*, p.13.

19. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro*, p. 49-50.

20. Os quatro textos que seriam caros à elucidação das lacunas citadas são o do próprio Caio Boschi, o de Luciano Figueiredo, sobre a “Derrama e política fiscal ilustrada” (p. 22-39); de Angelo Carrara, “Desvendando as riquezas na terra dos diamantes” (p. 40-59), que trata do acervo da antiga Intendência dos Diamantes entre 1733-1764; de Leonor F.Costa, Maria Manuela Rocha e Rita M. de Sousa, “O ouro cruza o Atlântico” (p. 70-86), sobre a cultura fiscal do Reino. Cf. *RAPM*, Ano XLI – jul-dez. 2005.

21. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia de fundos e coleções do Arquivo Público Mineiro*, p. 60-61.

22. APM/JXV, 24/07/1896, cx.1, doc. 8.

23. APM/JXV, cx.2, doc. 19.

24. LIVRO destinado ao registro das ofertas de documentos, livros e objetos feitas ao Arquivo Público Mineiro – 24/08/1895 a 31/01/1901; 01/1927 a 08/1930. APM, Arquivo do Arquivo, cx. 10, p. 22-22v.-23.

25. Escritor, folclorista e político mineiro nascido em Diamantina em 1837. Exerceu o cargo de secretário do Governo de Minas Gerais entre 1860 e 1861. Foi presidente das províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo. Morreu no Rio de Janeiro em 1898.

26. Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque (1753-1834) foi o 13º intendente geral dos diamantes.

27. CARRARA, Angelo Alves. Desvendando as riquezas na terra dos diamantes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, p. 40-59, jul-dez. 2005.

28. COSTA, Christiane L. F.; VITRAL, Thiago V. Os papéis da memória. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIX, p. 22-33, jan.-dez. 2013. p. 25.

29. COSTA; VITRAL. Os papéis da memória, p. 29.

30. NEVES, Marta E. Melgaço. Apresentação. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLIX, p. 18-21, jan.-dez. 2013. p. 18.

**Ivana Parrela** é professora do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), especialização em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado e doutorado em História pela UFMG. [ivanaparrela@ufmg.br](mailto:ivanaparrela@ufmg.br)